

Reunião da Coordenação Política do Movimento Pró-Universidade Chapecó 22 de julho de 2008 Sede do Movimento

Informes sobre o ato de assinatura do Projeto

- 1- Grupo do Movimento foi o mais representativo no evento que também tinha a finalidade de encaminhar outros temas da educação (Salário mínimo nacional para o magistério);
- 2- O Presidente e o Ministro destacaram a parceria com o Movimento na construção da Universidade;

Acompanhamento do projeto no Congresso

- 1- Na Câmara dos Deputados o projeto tramitará em 4 Comissões: Educação, Trabalho, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça;
- 2- Teoricamente são necessárias 5 reuniões com o projeto em pauta de cada Comissão para que o projeto possa seguir adiante e depois de aprovado na Câmara vai para o Senado onde é analisado apenas por uma comissão;
- 3- Os Deputados Federais envolvidos no Movimento Pró-Universidade poderão trabalhar para indicar relatores das comissões que tenham vínculo com a Universidade (Paraná fechou acordo com todos os deputados para que o projeto não sofra emendas no tramite sem emendas que possam descaracterizá-lo; A região Missões do RS também já acordou com alguns deputados federais nos mesmos termos);
- 4- Existe a possibilidade de ser votado por acordo de lideranças em plenário com foto verbal do presidente de cada Comissão. Essa possibilidade poderá garantir a aprovação ainda antes das eleições municipais;
- 5- Uma comissão formada por lideranças do Movimento deverá ir a Brasília para visita a Câmara Federal e o Ministério de Educação nos dias 5 e 6 de Agosto;
- 6- Tentar uma audiência com o líder do governo e o Presidente da Câmara para acordar a rapidez do projeto;
- 7- O Deputado Claudio Vignatti articula os parlamentares para que construir o avanço no processo. Também, articular uma reunião para os dias 4 ou 6 de Agosto como o Líder do Governo e o Presidente da Câmara. Fica o indicativo de também procurar o apoio de outros parlamentares que possam ajudar no acompanhamento e negociações nas comissões ((Vanhone? PR; Henrique Fontana RS; Adão Pretto RS)

Negociações com o Ministério da Educação

- 1- Ver a possibilidade de indicar no projeto de lei a participação do Movimento Pró-Universidade nas comissões de implantação. **O Deputado Claudio Vignatti esclarece que o projeto de lei é modelo e a participação da sociedade é definida no regimento e nos estatutos da universidade;**
- 2- Definir uma estratégia para convencer o Ministério que o Movimento deve participar da Comissão de implantação bem como. **No Seminário do dia 23 foram indicados alguns pontos fundamentais para serem tratados com o Ministério;**
- 3- O Movimento Pró-Universidade encaminhará um ofício ao Ministro da Educação solicitando uma audiência;

4- As lideranças da Via Campesina e Fetraf-Sul bem como, os Deputados farão contato com o Ministério para que essa audiência seja nos dias 5 ou 6 de Agosto;

5- Existem alguns elementos que não foram modificados no projeto que precisam ser esclarecidos junto ao Ministério (Orçamento, recursos humanos e financeiros, número de cursos e número de alunos para cinco unidades, na mesma proporção prevista para as quatro unidades. Exclusão da fase de expansão, tanto do Projeto de Lei - prevista no relatório da Comissão e da Exposição de Motivos - que tramitou nos Ministérios da Educação e do Planejamento. Exclusão do orçamento global anual quando da plena implantação - R\$ 195 milhões -, prevista para 2012);

6- Participação do Movimento na construção da Universidade: acordar a constituição da Equipe que discutirá os Estatutos e Regimentos da Universidade e a possibilidade de o Movimento participar da indicação de Reitor, Vice Reitor além de outros membros da Comissão de implantação;

7- Construir com o Ministério uma pauta de Atos nas regiões contempladas com Campus da Universidade com a Presença de pelo menos o Ministro da Educação;

Ato Público

- 1- Existe certo consenso que o Movimento Pró-Universidade deve fazer Atos Públicos para comemorar a conquista da Universidade, preferencialmente nas Regiões contempladas. Falta encaminhar a definição de datas e negociar com o Ministério a participação do Governo Federal.